

Aureliano diz que cortes vão gerar crises

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, afirmou ser seu dever alertar as autoridades da área econômica sobre as consequências dos cortes dos investimentos, aumentando cada vez mais os riscos de uma crise a partir de 1992, principalmente no setor elétrico. Observou, no entanto, que não considera a defesa dos ministros Maílson da Nóbrega e João Batista de Abreu de reajustes tarifários abaixo das taxas de inflação como uma atitude de má vontade, pois comprehende o objetivo maior destes dois ministros com os problemas econômicos do país.

Argumentou Aureliano Chaves que o presidente da República ao cortar os orçamentos está se colocando diante de uma realidade. Em 1989, se for aplicado o que está na atual Constituição, o governo terá de transferir 17% da arrecadação da área federal para a estadual, sendo obrigado, portanto, a efetuar uma redução orçamentária igual.

O ministro lembrou que tem mostrado com bastante clareza para as autoridades da área econômica as dificuldades do setor elétrico e os riscos da queda de produção de petróleo, apesar de a Petrobrás ter condições técnicas de aumentá-la e assim reduzir sensivelmente a dependência externa.

Aureliano voltou a afirmar que o processo de privatização das estatais de seu ministério deve seguir um roteiro, com a definição das empresas e a reavaliação dos ativos, a possibilidade de abertura de capital aos empregados e a aprovação do Congresso Nacional. Este procedimento também deverá ser seguido na venda da Light, disse ele, ao ser indagado sobre a afirmação de Ivan Botelho (Grupo Cataquases-Leopoldina) de que o ministro estava impedindo as negociações.

O presidente da Light, Túlio Romano Cordeiro de Mello, defendeu reajustes reais nas tarifas de energia, que em sua opinião estão com uma defasagem de 30%. Se não houver uma recuperação tarifária, disse ele, o plano de recuperação do setor elétrico não será concretizado.